



PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAMBAI - MS
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Processo: 151737/2024

Fls: _____

Rubrica: _____

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAMBAI – MS
EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 042/2024
Processo Administrativo nº 151737/2024

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Amambai – Estado do Mato Grosso do Sul, por meio do Setor de Licitação e Contratos, sediado Rua Sete de Setembro, 3244, centro, em Amambai / MS, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento (menor preço), na hipótese do art. 75, inciso I, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa Seges/ME nº 67, de 2021, do Decreto municipal nº 458/2023, de 19 de dezembro 2023, e demais normas aplicáveis.

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto do presente procedimento é a escolha da proposta mais vantajosa para a **Contratação de empresa especializada intentando a prestação de serviços de engenharia, compreendidos pela realização de 33 (trinta e três) pontos de sondagem no imóvel onde, posteriormente, será construída unidade sede do IFMS – Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, no perímetro urbano do município de Amambai – MS, em lote medindo 05 ha 8.920 m² (cinco hectares oito mil novecentos e vinte metros quadrados), inscrito sob a matrícula Nº. 27.383 do cartório de registro de imóveis da comarca local**”, de acordo com as especificações, unidades e quantidades informadas no Termo de Referência.

1.2. O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.3. **DATA E HORA DA DISPUTA POR LANCES: 19/12/2024 das 09h00 às 15h00 (horário de Brasília)**

1.4. **CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** Menor preço por lote/Item

1.5. **PLATAFORMA DE DISPUTA:** BLL COMPRAS <https://bllcompras.org.br>

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica da empresa BLL - Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, disponível no endereço eletrônico <https://www.bll.org.br>.

2.1.1. Para realização de cadastro e acesso a plataforma de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil local onde se realizará o presente Certame, orientamos entrar em contato com o Suporte ao Fornecedor pelo telefone (41) 3097-4600 ou através do e-mail contato@bll.org.br.

2.2. Poderão participar as empresas que apresentarem toda a documentação por ela exigida para respectivo cadastramento junto à Bolsa de Licitações e Leilões.

2.2.1. O procedimento será divulgado na BLL e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

2.2.2. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.3. Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:

2.3.1. Que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

2.3.2. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAMBAI - MS
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Processo: 151737/2024

Fls: _____

Rubrica: _____

2.4. Que se enquadrem nas seguintes vedações:

- a) Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- b) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- c) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- d) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na dispensa de licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- e) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- f) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.5. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.5.1. O disposto na alínea “c” aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.5.2. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

2.6. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.6.1. Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei n.º 11.488, de 15 de junho de 2007.

2.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

2.8. Sanção aplicada ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9. Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com Administração Pública federal, Estadual e Municipal, direta e indireta.

2.10. Empresas que se encontre sob falência, dissolução, recuperação judicial ou extrajudicial;



3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica ocorrerá com o cadastramento de sua **proposta inicial**, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

3.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência.

3.6. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

3.8. O fornecedor organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.9. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.10. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado.

4. FASE DE LANCES

4.1. A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será aberta pelo agente de contratação no sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo menor preço por lote/item.

4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior superior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como "lances intermediários" para os fins deste Aviso de Contratação Direta.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAMBAI - MS
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Processo: 151737/2024

Fls: _____

Rubrica: _____

4.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de 1 (um) por cento.

4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5. JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

5.1. Encerrada a fase de lances, quando a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação, o agente da contratação poderá negociar condições mais vantajosas.

5.1.2. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o menor preço ou o maior desconto, para que seja obtida a melhor proposta compatível em relação ao estipulado pela Administração.

5.1.3. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação.

5.2. Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos e registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

5.3. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitado ao fornecedor o envio da proposta adequada ao último lance ofertado ou ao valor negociado, se for o caso, acompanhada dos documentos complementares, quando necessários.

5.4. Encerrada a etapa de negociação, se houver, o agente da contratação verificará se o fornecedor provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e nos itens 0 e seguintes deste Aviso, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

5.4.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

5.4.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

5.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAMBAI - MS
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Processo: 151737/2024

Fls: _____

Rubrica: _____

5.6. Caso conste na Consulta de Situação do fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o órgão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput);

5.6.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

5.6.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

5.6.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

5.7. Verificadas as condições de participação, o gestor examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Aviso de Contratação Direta e em seus anexos.

5.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.8.1. Contiver vícios insanáveis;

5.8.2. Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

5.8.3. Apresentar preços inexequíveis ou que permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.8.4. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.8.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

5.9. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

5.9.1. For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

5.9.2. Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

5.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.

5.11. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.12. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

5.13. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, **será iniciada a fase de habilitação**, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

6. HABILITAÇÃO

6.1. Os documentos exigidos para fins de habilitação estão relacionados abaixo, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAMBAI - MS
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Processo: 151737/2024

Fls: _____

Rubrica: _____

6.1.1. Após a fase de julgamento, o licitante vencedor será convocado para apresentar os documentos relativos à HABILITAÇÃO, em formato digital, devendo ser anexados no campo “DOCUMENTOS COMPLEMENTARES” da plataforma de disputa BLL no prazo **de 2 (duas) horas contados da solicitação do agente de contratação**, podendo tal prazo ser prorrogado a critério do agente de contratação mediante a solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo, sob pena de inabilitação.

6.1.2. A critério do Licitante (facultado) os Documentos de Habilitação poderão ser inseridos no sistema junto com a proposta, conforme descrito no item 3.1.

6.2. DAS EXIGENCIAS DE HABILITAÇÃO

6.2.1 Habilitação jurídica

a) Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

b) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

c) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

d) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

e) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

f) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

g) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

h) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

i) Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

6.2.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

b) Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAMBAI - MS
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Processo: 151737/2024

Fls: _____

Rubrica: _____

c) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

d) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

f) Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] e [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

6.2.3. Qualificação Técnica

a) Atestado de Capacidade Técnica que comprove aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos como objeto.

b) Prova de registro ou inscrição da Empresa e de seus responsáveis técnicos junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, em plena validade;

6.2.4. Qualificação Econômico-Financeira

a) Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

b) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

6.2.5. Outros documentos

a) Declaração que a Empresa possui todos os Equipamentos necessários para execução dos serviços.

b) Atestado de visita técnica, conforme modelo **Anexo**, expedido por representante do licitador. A proponente, por meio de representante devidamente habilitado junto ao CREA/CAU, quanto da visita ao local, deve obter, por sua exclusiva responsabilidade, toda informação necessária para o preparo de sua proposta. A visita técnica deverá ser agendada, pelo telefone (67) 3481-3850 com engenheiro do quadro de servidores do município disponível no horário das 07h30min às 12h30min, sendo que o agendamento se dará no horário e dia que lhe for melhor, até a data limite de 18/12/2024; **OU** apresentar **DECLARAÇÃO** assinada pelo responsável técnico da proponente, sob as penalidades da lei, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com a contratante, conforme modelo **Anexo**.

c) Declaração Unificada (conforme modelo anexo).



**PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAMBAI - MS
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Processo: 151737/2024

Fls: _____

Rubrica: _____

6.3. Os documentos de habilitação deverão estar em plena vigência e, na hipótese de inexistência de prazo de validade expresso no documento, deverão ter sido emitidos há menos de 60 (sessenta) dias da data estabelecida para o recebimento das propostas.

6.4. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema, **no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.** (art. 19, § 3º, da IN Seges/ME nº 67, de 2021).

6.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.6. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

6.7. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

6.8. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

6.9. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

6.10. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

6.10.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

6.11. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

7. CONTRATAÇÃO

7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

7.2. O adjudicatário terá o prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

7.3. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

8.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato ou nota de empenho;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAMBAI - MS
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Processo: 151737/2024

Fls: _____

Rubrica: _____

- 8.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato ou nota de empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 8.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato ou nota de empenho;
- 8.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 8.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 8.1.6. Não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 8.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação direta sem motivo justificado;
- 8.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
- 8.1.9. Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 8.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 8.1.11. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 8.1.12. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
- 8.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- a) Advertência pela falta do subitem 8.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
 - b) Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;
 - c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
 - d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;
- 8.3. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º).
- 8.4. Todas as sanções previstas neste Aviso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).
- 8.5. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).
- 8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).
- 8.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 7 (sete) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAMBAI - MS
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Processo: 151737/2024

Fls: _____

Rubrica: _____

158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

8.9.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. As peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. Os danos que dela provierem para o Contratante;

8.9.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161).

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

9.1.1. Republishar o presente aviso com uma nova data;

9.1.2. Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

9.1.3. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

9.1.4. Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

9.3. As providências dos subitens 9.1.1 e 9.1.2 também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

9.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAMBAI - MS
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Processo: 151737/2024

Fls: _____

Rubrica: _____

9.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

9.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

9.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.9. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

9.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

9.11. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

9.12. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de Referência

ANEXO II – Proposta de Preços;

ANEXO III – Minuta de Contrato

ANEXO IV - Declarações

Amambai – MS, 12 de dezembro de 2024.

**CARLI SILVÉRIO SCHIER
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA**



ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 042/2024 Processo Administrativo nº 151737/2024

1. DO OBJETO

1. O objeto deste Projeto Básico referencial consiste na **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA INTENTANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA, COMPREENDIDOS PELA REALIZAÇÃO DE 33 (TRINTA E TRÊS) PONTOS DE SONDAGEM NO IMÓVEL ONDE, POSTERIORMENTE, SERÁ CONSTRUÍDA UNIDADE SEDE DO IFMS – INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL, NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE AMAMBAI – MS, EM LOTE MEDINDO 05 ha 8.920 m² (CINCO HECTARES OITO MIL NOVECENTOS E VINTE METROS QUADRADOS), INSCRITO SOB A MATRÍCULA Nº. 27.383 DO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA LOCAL.**

1.1. Os serviços ofertados deverão estar de acordo com as especificações e quantitativos abaixo discriminados:

ITEM	QUANT.	TIPO	DESCRIÇÃO
01	33	UND.	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA INTENTANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA, COMPREENDIDOS PELA REALIZAÇÃO DE 33 (TRINTA E TRÊS) PONTOS DE SONDAGEM NO IMÓVEL ONDE, POSTERIORMENTE, SERÁ CONSTRUÍDA UNIDADE SEDE DO IFMS – INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL, NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE AMAMBAI – MS, EM LOTE MEDINDO 05 ha 8.920 m ² (CINCO HECTARES OITO MIL NOVECENTOS E VINTE METROS QUADRADOS), INSCRITO SOB A MATRÍCULA Nº. 27.383 DO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA LOCAL.

2. DA JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

De início, a fim de contextualizar a natureza dos serviços demandados, enquanto objeto caracterizado como serviço de engenharia na área de infraestrutura, é interessante pontuar, brevemente, que a sondagem de solo compreende o processo de estudo, análise e reconhecimento das peculiaridades do terreno, como seu perfil, nível do lençol freático, capacidade de resistência e demais características.

Valendo-se de diversas metodologias de investigação geotécnica, o procedimento visa extrair as devidas informações que auxiliaram, futuramente, na execução de obra de na localidade.

No caso em apreço, conforme narrado no formal de solicitação da demanda, trata-se de “sondagem à percussão STP”, método comumente conhecido por “ensaio STP”, cuja sigla, no idioma inglês, significa “*Standard Penetration Test*”, podendo ser traduzido para “teste de penetração padrão em relação ao solo”, através da utilização de equipamento denominado amostrador.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAMBAI - MS
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Processo: 151737/2024

Fls: _____

Rubrica: _____

O método narrado tem por orientação a normativa ABNT NBR 6484, onde os requisitos mínimos do ensaio são delineados, visando, após o empreendimento do trabalho, a obtenção das mínimas informações acerca do tipo de solo, sua cor, resistência, permeabilidade, e, ainda, constatar a presença ou não de água e em qual cota foi detectada.

De modo sintético, porém elucidativo a título de melhor cognição do tema versado, passa-se à justificativa da necessidade da contratação do objeto.

Neste exercício, o Município de Amambai – MS, em medida de fomento à área da educação com foco no ensino técnico-superior, conquistou junto à União a instalação de sede do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, o que, por certo, irá promover o acesso a cursos de terceiro grau à população discente local e regional, implementando a política de instrução no perímetro da urbe, medida vanguardista que, além do óbvio e irrefutável progresso na área, irá impulsionar, por decorrência da instalação da unidade educacional, a migração de pessoas para a Cidade, impactando positivamente, dentre vários outros aspectos, o comércio e negócios de variadas naturezas em esfera local.

Para tanto, em caráter de contrapartida, convencionou-se que o terreno onde será edificada a sede do Instituto seria doada pelo Poder Executivo Municipal, o que se configurou, após discricionária escolha do lote, por meio da edição da **Lei Municipal nº. 2.882/2024**, que autorizou o Município a proceder à retromencionada doação, ato seguido pela divulgação do **Decreto Municipal nº. 183/2024**, que declarou o imóvel em testilha de utilidade pública para fins de desapropriação, findando com a desapropriação deste de fato, de forma amigável e a título oneroso, consoante disposições do **Decreto Municipal nº. 285/2024**, estando os ditos atos administrativos publicados devidamente carreados aos autos.

Partindo para a seara técnica da fundamentação para a consecução do feito, constante do Documento de Formalização de Demanda lavrado e subscrito pelo titular da Secretaria Municipal de Infraestrutura, com o apoio de seus técnicos na área de engenharia, argumenta-se que a sondagem permite, como já abordado, avaliar as condições geotécnicas do solo, identificando suas características físicas e mecânicas, enfatizando-se que isso é essencial para garantir a segurança e a estabilidade da futura edificação, prevenindo problemas como assentamentos, deslizamentos ou até mesmo falhas estruturais.

Ademais disso, argue-se que tal procedimento fornece, como igualmente já versado, dados sobre a presença de lençóis freáticos e a composição do solo, informações fundamentais para o planejamento das fundações, salientando-se que uma análise detalhada ajuda na escolha dos métodos construtivos mais adequados, otimizando, assim, os recursos financeiros a serem despendidos.

Nada obstante, é assinalado que a importância da sondagem também se estende ao impacto ambiental da obra, vez que, conhecendo as características do solo, é possível implementar medidas que minimizem os efeitos da construção na biodiversidade local e na qualidade da água.

Por fim, conclui-se que a sondagem contribui para um planejamento mais eficiente, permitindo a antecipação de possíveis dificuldades e a adoção de soluções técnicas que garantam a viabilidade e a sustentabilidade do projeto a ser empreendido.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAMBAI - MS
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Processo: 151737/2024

Fls: _____

Rubrica: _____

Desta forma, denota-se que a sondagem é um passo imprescindível para a construção da sede do Instituto, de modo que atenda adequadamente às necessidades da comunidade e ofereça um ambiente seguro e adequado para o aprendizado.

3. DA MODALIDADE, TIPO DA LICITAÇÃO, REGIME DE EXECUÇÃO, PRAZOS E AFINS

3.1. O procedimento em tela será regido pela **Lei Federal nº. 14.133/2021**, tal como pelos regulamentos vigentes nos âmbitos da União, Estado e Município, enquadrando-se o feito como **dispensa de licitação**, fulcrado no **art. 75, I** da respectiva legislação, o qual deverá ser realizado por **meio eletrônico**, consoante o disposto no **art. 17, § 2º** de tal Diploma e em conformidade com as disposições do **Decreto Federal nº 10.024/2019**, utilizando o critério de julgamento baseado no **menor preço** das propostas obtidas e com estrita observância às disposições da **Lei Complementar Federal nº. 123/2006**, mediante a **execução indireta dos serviços em regime de empreitada integral**.

3.2. O prazo de vigência da contratação será de **180 (cento e oitenta) dias**, contados da assinatura do Contrato, na forma do **art. 105** da Lei Federal nº. 14.133/21.

3.3. O prazo de execução dos serviços contratados será de **até 60 (sessenta) dias**, contados da expedição e recebimento da ordem de Ordem de Início dos Serviços.

4. DO VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO

4.1. O valor total estimado de referência desta licitação compreende o montante médio de **R\$ 42.963,36 (quarenta e dois mil novecentos e sessenta e três reais e trinta e seis centavos)**, conforme formação de preços em caráter de ampla pesquisa mercadológica advinda da Superintendência de Compras, seguindo o quadro abaixo estabelecido:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR TOTAL MÉDIO
01	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA INTENTANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA, COMPREENDIDOS PELA REALIZAÇÃO DE 33 (TRINTA E TRÊS) PONTOS DE SONDADEGEM NO IMÓVEL ONDE, POSTERIORMENTE, SERÁ CONSTRUÍDA UNIDADE SEDE DO IFMS – INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL, NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE AMAMBAI – MS, EM LOTE MEDINDO 05 ha 8.920 m² (CINCO HECTARES OITO MIL NOVECIENTOS E VINTE METROS QUADRADOS), INSCRITO SOB A MATRÍCULA Nº. 27.383 DO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA LOCAL.	33	R\$ 1.301,92	R\$ 42.963,36

5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento vigente do Município de Amambai – MS para o exercício corrente, conforme o seguinte detalhamento:

02.11.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
26.782.0002.2139.0000 – MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS E AÇÕES C/ FUNDERSUL LINEAR
3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
FUNDERSUL LINEAR – C/C 16.151-9



6. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 6.1. O pagamento será efetuado pelo CONTRATANTE em até 30 (trinta) dias, após a data da prestação executada, mediante a apresentação da NF-e/Fatura devidamente aceita e atestada pelo órgão competente;
- 6.2. Na NF-e/Fatura, a CONTRATADA deverá informar o número da Agência Bancária e o número da conta corrente a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento da NF-e/Fatura;
- 6.3. Em caso de devolução da NF-e/Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação;
- 6.4. A NF-e/Fatura deverá ser emitida pela própria CONTRATADA, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e na proposta de preços, bem como constante da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJ;
- 6.5. A CONTRATADA deverá apresentar, atualizados, para fins de pagamento, os seguintes documentos:

I - Regularidade perante as Fazendas federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;

II - Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;

III - Regularidade perante a Justiça do Trabalho.

7. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1. A execução do serviço será no imóvel determinado pela matrícula nº 27.383.

7.2. O Relatório Técnico de Sondagem deverá ser apresentado aos fiscais responsáveis.

7.3. A execução dos serviços contratados **deverá ocorrer em até 60 (sessenta) dias**, contados da expedição e recebimento da ordem de Ordem de Início dos Serviços, **sob o regime de empreitada integral**, obedecendo as seguintes especificidades:

a) A execução dos serviços, assim como os documentos resultantes, deverá obedecer rigorosamente aos requisitos estabelecidos pela ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas destacando-se a NBR 6484, NBR 8036, NBR 6502, NBR 13.441, NBR 7181 e com as disposições contidas no referencial e demais legislações pertinentes.

7.4. O número de furos para cada edificação deve ser de acordo com a metragem quadrada de sua projeção, conforme preconizam as Normas Técnicas Brasileiras, sendo o mínimo:

a) Entre 1 m² e 1200 m² deve-se fazer uma sondagem para cada 200 área da projeção em planta do edifício, até 1200 m² de área da projeção em planta do edifício;

b) Entre 1200 m² e 2400 m² deve-se fazer uma sondagem para cada 400 m² que excederem de 1200 m²; Acima de 2400 m² o número de sondagens deve ser fixado de acordo com o plano Particular da construção.

• Em quaisquer circunstâncias o número mínimo de sondagens deve ser:

a) Dois para área de projeção em planta do edifício até 200 m²;

b) Três para área entre 200 m² e 400 m².



**PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAMBAI - MS
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

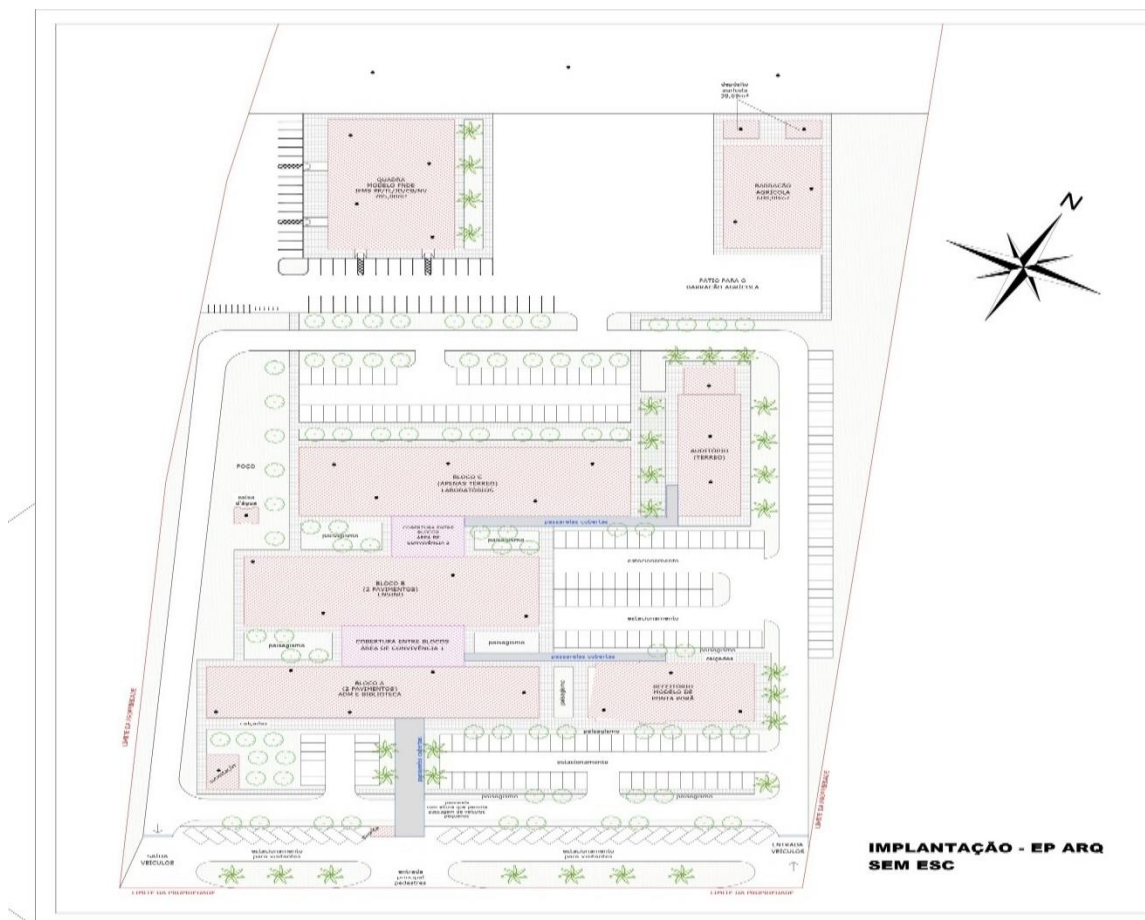
Processo: 151737/2024

Fls: _____

Rubrica: _____

- Uma vez que se trata da fase de estudos preliminares e planejamento dos empreendimentos, as sondagens devem ser distribuídas em toda a área.
- Os furos devem atender as seguintes regras:
 - a) Distância máxima de 100 m;
 - b) Furos em posições relevantes na obra, ou seja, aqueles que receberão maior carga, tais como reservatórios, escadas, elevadores, dentre outros;
 - c) Profundidade usualmente até a camada impenetrável ou outra indicada pelo Projetista das Fundações;
 - d) Se o número de sondagem for igual ou superior a 3, não deverão ser distribuídas ao longo do mesmo alinhamento.
- Os ensaios de penetração serão realizados de acordo com o método SPT (Standard Penetration Test), as quais deverão seguir as recomendações da NBR 6484/2001 e NBR 8036/2001, atravessando todas as camadas de solo mole até encontrar impenetrável. Serão executados a cada metro, a partir de 1 metro de profundidade, e coletadas amostras para que se efetivem as respectivas correlações. Para início da sondagem será feita limpeza de uma área circular de 2 metros de diâmetro, concêntrica ao furo a ser executado, bem como a abertura de um sulco ao redor para desviar as águas de chuva.
- No caso de a sondagem atingir lençol d'água, interrompe-se a operação, anota-se a profundidade e passa-se a observar a elevação do nível d'água no furo, efetuando-se leitura a cada 5 minutos, durante 30 minutos.
- A sondagem será dada por terminada somente quando:
 - a) atingir a profundidade especificada na programação dos serviços de até 20 metros;
 - b) atingir a camada impenetrável.
- Todos os furos serão, após seu término, totalmente preenchidos com solo, deixando cravada no local uma estaca com sua identificação.
- As perfurações de terrenos que receberão edificação deverão ter profundidade que permitam salvaguardar um comportamento das fundações. A profundidade mínima a ser atingida deverá atender a NBR 6.484.

No tocante à localidade (PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE AMAMBAI – MS, LOTE MEDINDO 05 ha 8.920 m² (CINCO HECTARES OITO MIL NOVECENTOS E VINTE METROS QUADRADOS), INSCRITO SOB A MATRÍCULA Nº. 27.383 DO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA LOCAL) e marcação da prestação a ser executada, segue o mapa abaixo colacionado:



7.5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.5.1 Ao final dos serviços a contratada deverá elaborar e apresentar aos fiscais do contrato um Relatório Técnico de Sondagem, de acordo com os serviços executados, assinado pelo Responsável Técnico da contratada, contendo os perfis de sondagem com os resultados geotécnicos, assim como a classificação do tipo de subsolo encontrado.

O resultado será atingido após a constatação de que o terreno possua a sustentação adequada para a construção da sede do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS).

8. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8.1 Além das obrigações resultantes da observância da Lei Federal nº. 14.133/2021, constituem obrigações da CONTRATADA:

- Assumir inteira responsabilidade pela prestação pactuada, de acordo com as especificações constantes da proposta e demais anexos, mantendo, durante toda a vigência do Contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas;
- Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela CONTRATANTE;
- Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação solicitados pela contratante, por intermédio da Secretaria Municipal de Infraestrutura;
- Dar ciência à CONTRATANTE, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que venha a se verificar na execução ou entrega, mesmo que estes não sejam de sua competência;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAMBAI - MS
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Processo: 151737/2024

Fls: _____

Rubrica: _____

- e) São de responsabilidade da CONTRATADA todos os encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários, e outros inerentes ao cumprimento do objeto processual, ficando o Município isento de qualquer responsabilidade civil ou criminal;
- f) Assinar o Contrato a ser firmado;
- g) Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, a ocorrência de qualquer anormalidade de caráter urgente que impossibilite o seu cumprimento, tão logo seja verificada, e prestar os esclarecimentos que julgar necessários à requisitante em até 24 (vinte e quatro) horas;
- h) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no instrumento convocatório ou no Contrato.

8.2 - São obrigações da CONTRATANTE:

- a) Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto licitado;
- b) Providenciar o pagamento à CONTRATADA, no prazo referido em tópico próprio;
- c) Notificar a CONTRATADA, por escrito, de quaisquer irregularidades ou imperfeições que venham a ocorrer, em função da execução do objeto deste procedimento, visando a sua regularização, fixando prazo para as devidas correções;
- d) Rejeitar, no todo ou em parte, o serviço/entrega que eventualmente for executado fora das especificações contidas no edital e seus anexos;
- e) O acompanhamento e a fiscalização, referente a execução do objeto contratado, serão efetuados pelos servidores designados no Documento de Formalização de Demanda e Estudo Técnico Preliminar, que comunicarão quaisquer irregularidades encontradas, fixando-lhes prazo para corrigi-las.

9. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1 – Em caso de atraso injustificado na entrega do objeto ou prestação pactuada, sujeitar-se-á a CONTRATADA à multa de mora de 0,5% (meio por cento) ao dia, sobre o valor do Contrato ou da Nota de Empenho.

9.1.1. A multa a que alude o item anterior não impede que a Administração rescinda unilateralmente o Contrato e aplique, cumulativamente, as outras sanções previstas na Lei Federal nº. 14133/2021.

9.2. Em casos de inexecução parcial ou total das obrigações fixadas no ajuste firmado, em relação ao objeto desta licitação, a Administração poderá, garantida a ampla defesa e o contraditório, aplicar as seguintes sanções, ponderadas as disposições da legislação em vigor:

- a) Advertência formal;
- b) Multa de até 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor do contrato ou do empenho, no caso da contratada não cumprir rigorosamente as exigências pactuadas ou deixar de receber a Nota de Empenho, salvo se decorrente de motivo de força maior definido em Lei, e reconhecido pela autoridade competente;
- c) Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

10. DOS RISCOS ASSOCIADOS AO OBJETO E ESTRATÉGIAS PARA MITIGÁ-LOS

Abaixo, detalha-se os principais riscos ambientais associados à sondagem de subsolo e as estratégias para mitigá-los:



10.1. MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

10.1.1. EVENTUAIS RISCOS AMBIENTAIS

Contaminação do Solo e da Água

Interferência em Aquíferos: A perfuração pode alcançar lençóis freáticos ou aquíferos subterrâneos, potencialmente contaminando essas fontes de água com substâncias usadas no processo de sondagem ou com contaminantes presentes no solo;

Uso de Fluidos de Perfuração: Produtos químicos utilizados para facilitar a perfuração ou estabilizar os furos podem infiltrar-se no solo e contaminar as camadas superficiais e profundas.

Impacto na Flora e Fauna

Destruição de Habitats: A instalação e operação de equipamentos de sondagem podem destruir vegetação e habitats locais, prejudicando a fauna nativa;

Ruído e Vibrações: A atividade de sondagem pode gerar ruído e vibrações que afetam a fauna local, causando estresse ou afastando animais da área.

Geração de Resíduos

Resíduos de Perfuração: A sondagem gera fragmentos de rocha, lama e outros resíduos que, se não geridos corretamente, podem poluir o solo e as águas superficiais;

Gestão de Materiais Contaminados: Em áreas com solo contaminado, a perfuração pode trazer à superfície materiais perigosos que requerem manejo especial.

Emissões de Poluentes

Gases e Partículas: A operação de equipamentos de sondagem pode liberar gases de escape e partículas no ar, contribuindo para a poluição atmosférica local;

Substâncias Tóxicas: Alguns processos de sondagem podem liberar substâncias tóxicas presentes no subsolo, como gases ou vapores perigosos.

Distúrbios no Equilíbrio Natural

Mudanças no Curso de Águas Subterrâneas: Perfurações profundas podem alterar o fluxo natural das águas subterrâneas, impactando a disponibilidade de água para plantas e animais;

Sedimentação e Erosão: A movimentação de terras e a remoção de vegetação podem aumentar a erosão e a sedimentação em corpos d'água próximos.

10.1.2. ESTRATÉGIAS DE MITIGAÇÃO

Planejamento e Avaliação Prévia

Estudos de Impacto Ambiental (EIA): Realizar um EIA detalhado para identificar e avaliar os potenciais impactos ambientais antes do início da sondagem;

Seleção de Locais: Escolher locais de perfuração que minimizem a interferência em ecossistemas sensíveis e fontes de água potável.

Técnicas e Materiais Sustentáveis

Uso de Fluidos Biodegradáveis: Optar por fluidos de perfuração não tóxicos e biodegradáveis para reduzir o risco de contaminação;

Equipamentos de Baixo Impacto: Utilizar tecnologias de sondagem que minimizem a emissão de poluentes e a geração de resíduos.



Gestão Adequada de Resíduos

Coleta e Destinação Correta: Implementar sistemas eficientes de coleta, tratamento e destinação de resíduos gerados durante a sondagem.

Monitoramento Contínuo: Realizar o monitoramento contínuo da qualidade do solo e da água durante e após a sondagem para detectar e mitigar rapidamente qualquer contaminação.

Controle de Ruído e Vibração

Barreiras Acústicas: Instalar barreiras acústicas para reduzir a propagação de ruído durante a operação;

Horários de Operação: Limitar a atividade de sondagem a horários que minimizem a perturbação da fauna e da comunidade local.

Reabilitação Pós-Sondagem

Recuperação de Áreas Impactadas: Implementar planos de recuperação para restaurar a vegetação e os habitats após a conclusão da sondagem;

Compensação Ambiental: Quando a recuperação completa não for possível, considerar medidas de compensação, como a criação de áreas de conservação.

Inobstante, há que se destacar que a contratação demandada pode gerar uma série de riscos que devem ser cuidadosamente avaliados e gerenciados.

Tais riscos podem ser categorizados em técnicos, contratuais, financeiros, legais e de comunicação, os quais se aborda com maior detalhamento:

10.2. DEMAIS RISCOS DE NATUREZA ADMINISTRATIVA E CONTRATUAL

10.2.1. RISCOS TÉCNICOS

Qualidade dos Serviços: A sondagem de subsolo é fundamental para a segurança e viabilidade dos empreendimentos. Se a empresa contratada não realizar uma sondagem precisa, isso pode resultar em dados incorretos, comprometendo a estrutura do edifício.

Equipamentos e Metodologias: O uso de equipamentos desatualizados ou metodologias inadequadas pode levar a resultados imprecisos. É crucial que a empresa utilize tecnologia adequada e moderna para garantir a precisão dos dados.

Capacitação da Equipe: A competência técnica e a experiência da equipe que realiza a sondagem são essenciais. Profissionais sem a devida qualificação podem interpretar mal os dados ou conduzir mal as operações de sondagem.

Condições do Subsolo: Em regiões com condições geológicas complexas, os riscos aumentam. A empresa precisa ter experiência específica em lidar com tais condições.

10.2.2. RISCOS CONTRATUAIS

Definição de Escopo: Um escopo mal definido pode levar a disputas sobre o que está ou não incluído no contrato. É fundamental que o escopo do trabalho seja claro e detalhado.



Prazos e Entregas: Atrasos na execução dos serviços de sondagem podem impactar o cronograma dos projetos de habitação. O contrato deve ter cláusulas claras sobre prazos e penalidades para atrasos.

Condições de Pagamento: Termos de pagamento mal definidos podem causar problemas de fluxo de caixa tanto para o contratante quanto para o contratado. Deve-se assegurar que os pagamentos estão atrelados a entregas claras e verificáveis.

10.2.3. RISCOS FINANCEIROS

Orçamento Subestimado: Custos imprevistos, como a necessidade de sondagens adicionais devido a condições inesperadas do subsolo, podem estourar o orçamento. Uma boa análise de risco financeiro deve incluir contingências para tais eventos.

Sustentabilidade Financeira da Empresa: A situação financeira da empresa contratada deve ser robusta o suficiente para garantir que ela possa completar o projeto. Empresas financeiramente instáveis podem deixar o projeto inacabado.

10.2.4. RISCOS LEGAIS E REGULATÓRIOS

Conformidade com Normas e Leis: A empresa deve estar em conformidade com todas as regulamentações locais, estaduais e federais. Isso inclui leis trabalhistas, ambientais e de segurança.

Licitações e Contratos Públicos: Em contratos públicos, é vital que o processo de seleção siga todas as normas legais para evitar futuras contestações e ações judiciais e de controle externo.

Responsabilidade Civil e Seguros: A empresa deve ter apólices de seguro adequadas para cobrir possíveis danos ao meio ambiente, à propriedade ou à saúde e segurança dos trabalhadores.

10.2.5. RISCOS DE COMUNICAÇÃO

Transparência e Relatórios: A falta de comunicação clara e contínua sobre o andamento dos serviços de sondagem pode levar a mal-entendidos e problemas de coordenação. A empresa deve fornecer relatórios detalhados e periódicos.

Engajamento com as Partes Interessadas: Especialmente em projetos de HIS, é importante que a comunidade local e outras partes interessadas sejam mantidas informadas e engajadas no processo.

10.2.6. ESTRATÉGIAS DE MITIGAÇÃO

Para gerenciar os riscos elencados, algumas estratégias podem ser adotadas:

Avaliação Técnica e Financeira: Realizar uma avaliação detalhada das qualificações técnicas, experiência e saúde financeira das empresas antes da contratação.

Clareza Contratual: Estabelecer contratos claros com escopos bem definidos, prazos, marcos de entrega e termos de pagamento bem especificados.

Monitoramento Contínuo: Implementar um sistema de monitoramento e relatórios regulares para acompanhar o progresso e a qualidade dos serviços de sondagem.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAMBAI - MS
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Processo: 151737/2024

Fls: _____

Rubrica: _____

Seguros e Garantias: Exigir que a empresa tenha seguros adequados e forneça garantias de cumprimento.

Comunicação Efetiva: Manter uma comunicação clara e aberta com todas as partes interessadas durante todo o processo.

Os eventuais riscos aludidos e as respectivas estratégias de mitigação são essenciais para garantir que a contratação dos serviços de sondagem seja realizada de forma eficiente e segura, contribuindo para o sucesso da futura instalação da sede do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul no Município de Amambai – MS.

11. DA FISCALIZAÇÃO

- j)** Não serão aceitos serviços em desacordo com o objeto licitado;
- k)** A execução do Contrato será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representantes da CONTRATANTE, para este fim especialmente designados;
- l)** O acompanhamento, o controle, a fiscalização e avaliação de que trata este item não excluem a responsabilidade da CONTRATADA e nem confere à CONTRATANTE responsabilidade solidária, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades ou danos na execução do objeto;
- m)** A CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os serviços ora contratados, prestados em desacordo com o presente e com o Contrato;
- n)** Para acompanhamento e fiscalização dos Contratos ficam desde já designados os servidores abaixo identificados, ambos lotados na Secretaria Municipal de Infraestrutura:

NOME	CARGO	MATRÍCULA FUNCIONAL
MAURÍCIO SARTORETTO MARTINEZ	ENGENHEIRO CIVIL	241-2
THIAGO RODRIGUES VIEIRA	TOPÓGRAFO	7.319-7

o) Caberá aos fiscais do Contrato notificar a CONTRATADA quando constatada alguma irregularidade quanto ao objeto recebido, determinando o que for necessário à regularização dos defeitos observados;

p) O fiscal do Contrato é o responsável pelo ateste das notas fiscais originadas em decorrência da relação contratual.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAMBAI - MS
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Processo: 151737/2024

Fls: _____

Rubrica: _____

ANEXO II – MODELO PROPOSTA ADEQUADA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 042/2024

RAZÃO SOCIAL:

NOME FANTASIA:

CNPJ Nº:

ENDEREÇO:

TELEFONE:

E-MAIL:

Objeto: Contratação de empresa especializada intentando a prestação de serviços de engenharia, compreendidos pela realização de 33 (trinta e três) pontos de sondagem no imóvel onde, posteriormente, será construída unidade sede do IFMS – Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, no perímetro urbano do município de Amambai – MS, em lote medindo 05 ha 8.920 m² (cinco hectares oito mil novecentos e vinte metros quadrados), inscrito sob a matrícula Nº. 27.383 do cartório de registro de imóveis da comarca local”, de acordo com as especificações, unidades e quantidades informadas no Termo de Referência.

Propomos à Prefeitura Municipal de Amambai/MS o fornecimento do objeto desta licitação, obedecendo às estipulações da correspondente Dispensa e asseverando que:

- Observaremos, integralmente, todas as normas e legislações, vigentes, existentes e aplicáveis quanto ao fornecimento do material objeto desta licitação; e
- Em caso de divergência do preço apresentado em algarismos e por extenso, prevalecerá o de menor valor.

O prazo de validade desta proposta é de 60 (sessenta) dias contados da abertura dos envelopes de habilitação.

Cotamos como preço para o fornecimento do objeto desta licitação os valores constantes na planilha abaixo:

LOTE	DESCRIÇÃO	UND	QNT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
01	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA INTENTANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA, COMPREENDIDOS PELA REALIZAÇÃO DE 33 (TRINTA E TRÊS) PONTOS DE SONDAÇÃO NO IMÓVEL ONDE, POSTERIORMENTE, SERÁ CONSTRUÍDA UNIDADE SEDE DO IFMS – INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL, NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE AMAMBAI – MS, EM LOTE MEDINDO 05 ha 8.920 m ² (CINCO HECTARES OITO MIL NOVECENTOS E VINTE METROS QUADRADOS), INSCRITO SOB A MATRÍCULA Nº. 27.383 DO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA LOCAL.	UNID	33		

VALOR TOTAL DA PROPOSTA: R\$0,00 (POR EXTENSO)

Município/UF, ____ de _____ de _____.

Nome do Representante Legal



**PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAMBAI - MS
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Processo: 151737/2024

Fls: _____

Rubrica: _____

ANEXO III – MINUTA DE CONTRATO

Contrato nº

Dispensa Eletrônica nº 042/2024

Processo Administrativo nº 151737/2024

CONTRATO ADMINISTRATIVO, QUE FAZEM ENTRE SI
A PREFEITURA DE AMAMBAI/MS E

.....

A PREFEITURA DE AMAMBAI, Estado de Mato Grosso do Sul, situada à Rua Sete de Setembro, 3244 - Centro, inscrita no CNPJ-MF sob n.º 03.568.433/0001-36, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA**, neste ato representado pelo Secretário Municipal e Ordenador de despesa o **Sr. Carli Silvério Schier**, brasileiro, casado, portador da carteira de identidade nº 53856853 SSP/PR e do CPF nº 906.132.529-34, residente e domiciliado na Rua Ari Nunes da Silva, nº 919, Vila Xavier, CEP 79.990-000, na cidade de Amambai – MS, doravante denominado **CONTRATANTE**, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 151737/2024 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Dispensa Eletrônica n. 042/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de **Contratação de empresa especializada intentando a prestação de serviços de engenharia, compreendidos pela realização de 33 (trinta e três) pontos de sondagem no imóvel onde, posteriormente, será construída unidade sede do IFMS – Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, no perímetro urbano do município de Amambai – MS, em lote medindo 05 ha 8.920 m² (cinco hectares oito mil novecentos e vinte metros quadrados), inscrito sob a matrícula Nº. 27.383 do cartório de registro de imóveis da comarca local**”, de acordo com as especificações, unidades e quantidades informadas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

Item	Descrição	Unid	Quant.	Valor Unit	Valor T

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência da contratação será de 6 (seis) meses, contados da assinatura deste contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. A execução do serviço será no imóvel determinado pela matrícula nº 27.383.



PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAMBAI - MS
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Processo: 151737/2024

Fls: _____

Rubrica: _____

3.2. O Relatório Técnico de Sondagem deverá ser apresentado aos fiscais responsáveis.

3.3. A execução dos serviços contratados **deverá ocorrer em até 60 (sessenta) dias**, contados da expedição e recebimento da ordem de Ordem de Início dos Serviços, **sob o regime de empreitada integral**, obedecendo as seguintes especificidades:

a) A execução dos serviços, assim como os documentos resultantes, deverá obedecer rigorosamente aos requisitos estabelecidos pela ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas destacando-se a NBR 6484, NBR 8036, NBR 6502, NBR 13.441, NBR 7181 e com as disposições contidas no referencial e demais legislações pertinentes.

3.4. O número de furos para cada edificação deve ser de acordo com a metragem quadrada de sua projeção, conforme preconizam as Normas Técnicas Brasileiras, sendo o mínimo:

a) Entre 1 m² e 1200 m² deve-se fazer uma sondagem para cada 200 área da projeção em planta do edifício, até 1200 m² de área da projeção em planta do edifício;

b) Entre 1200 m² e 2400 m² deve-se fazer uma sondagem para cada 400 m² que excederem de 1200 m²; Acima de 2400 m² o número de sondagens deve ser fixado de acordo com o plano Particular da construção.

• Em quaisquer circunstâncias o número mínimo de sondagens deve ser:

- a) Dois para área de projeção em planta do edifício até 200 m²;
- b) Três para área entre 200 m² e 400 m².

• Uma vez que se trata da fase de estudos preliminares e planejamento dos empreendimentos, as sondagens devem ser distribuídas em toda a área.

• Os furos devem atender as seguintes regras:

- a) Distância máxima de 100 m;
- b) Furos em posições relevantes na obra, ou seja, aqueles que receberão maior carga, tais como reservatórios, escadas, elevadores, dentre outros;
- c) Profundidade usualmente até a camada impenetrável ou outra indicada pelo Projetista das Fundações;
- d) Se o número de sondagem for igual ou superior a 3, não deverão ser distribuídas ao longo do mesmo alinhamento.

• Os ensaios de penetração serão realizados de acordo com o método SPT (Standard Penetration Test), as quais deverão seguir as recomendações da NBR 6484/2001 e NBR 8036/2001, atravessando todas as camadas de solo mole até encontrar impenetrável. Serão executados a cada metro, a partir de 1 metro de profundidade, e coletadas amostras para que se efetivem as respectivas correlações. Para início da sondagem será feita limpeza de uma área circular de 2 metros de diâmetro, concêntrica ao furo a ser executado, bem como a abertura de um sulco ao redor para desviar as águas de chuva.

• No caso de a sondagem atingir lençol d'água, interrompe-se a operação, anota-se a profundidade e passa-se a observar a elevação do nível d'água no furo, efetuando-se leitura a cada 5 minutos, durante 30 minutos.

• A sondagem será dada por terminada somente quando:

- a) atingir a profundidade especificada na programação dos serviços de até 20 metros;
- b) atingir a camada impenetrável.

• Todos os furos serão, após seu término, totalmente preenchidos com solo, deixando cravada no local uma estaca com sua identificação.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAMBAI - MS
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Processo: 151737/2024

Fls: _____

Rubrica: _____

- As perfurações de terrenos que receberão edificação deverão ter profundidade que permitam salvaguardar um comportamento das fundações. A profundidade mínima a ser atingida deverá atender a NBR 6.484.

No tocante à localidade (PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE AMAMBAI – MS, LOTE MEDINDO 05 ha 8.920 m² (CINCO HECTARES OITO MIL NOVECENTOS E VINTE METROS QUADRADOS), INSCRITO SOB A MATRÍCULA Nº. 27.383 DO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA LOCAL) e marcação da prestação a ser executada, segue o mapa abaixo colacionado:

3.5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

3.5.1 Ao final dos serviços a contratada deverá elaborar e apresentar aos fiscais do contrato um Relatório Técnico de Sondagem, de acordo com os serviços executados, assinado pelo Responsável Técnico da contratada, contendo os perfis de sondagem com os resultados geotécnicos, assim como a classificação do tipo de subsolo encontrado.

3.5.2. O resultado será atingido após a constatação de que o terreno possua a sustentação adequada para a construção da sede do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS).

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO E REAJUSTE (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de R\$.……. (.....)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um (1) ano contado da data do orçamento estimado, em 07/11/2024.

5.4. Após o interregno de um ano, mediante solicitação do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, com a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

5.5. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

5.6. O reajuste será realizado por apostilamento.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAMBAI - MS
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Processo: 151737/2024

Fls: _____

Rubrica: _____

7.2. O CONTRATADO é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

7.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.2. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.3. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.4. A Administração terá o prazo de 30(trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.5. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 1 (um) mês.

8.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.7. Para acompanhamento e fiscalização dos Contratos ficam desde já designados os servidores: Mauricio Sartoretto Martinez, matrícula 241-2 e Thiago Rodrigues Vieira, matrícula 7.319-7

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAMBAI - MS
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Processo: 151737/2024

Fls: _____

Rubrica: _____

- 9.2. Além das obrigações resultantes da observância da Lei Federal nº. 14.133/2021, constituem obrigações da CONTRATADA;
- 9.3. Assumir inteira responsabilidade pela prestação pactuada, de acordo com as especificações constantes da proposta e demais anexos, mantendo, durante toda a vigência do Contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas;
- 9.4. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela CONTRATANTE;
- 9.5. Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação solicitados pela contratante, por intermédio da Secretaria Municipal de Infraestrutura;
- 9.6. Dar ciência à CONTRATANTE, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que venha a se verificar na execução ou entrega, mesmo que estes não sejam de sua competência;
- 9.7. São de responsabilidade da CONTRATADA todos os encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários, e outros inerentes ao cumprimento do objeto processual, ficando o Município isento de qualquer responsabilidade civil ou criminal;
- 9.8. Assinar o Contrato a ser firmado;
- 9.9. Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, a ocorrência de qualquer anormalidade de caráter urgente que impossibilite o seu cumprimento, tão logo seja verificada, e prestar os esclarecimentos que julgar necessários à requisitante em até 24 (vinte e quatro) horas;
- 9.10. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no instrumento convocatório ou no Contrato.
- 9.11. Todos os materiais e mão de obra necessários, utilizados para execução do serviço, serão de responsabilidade da contratada.
- 9.12. Os funcionários deverão apresentar-se uniformizados e equipados com luvas, capacetes, botas, óculos de proteção e demais equipamentos de proteção e segurança que o serviço requer.
- 9.13. A responsabilidade da contratada é integral para os serviços contratados nos termos do Código Civil Brasileiro; a presença da Fiscalização não diminui a responsabilidade da contratada.
- 9.14. A contratada deverá manter, na direção do serviço, profissional legalmente habilitado pelo conselho de classe competente (CREA ou CAU);
- 9.15. A contratada deverá recolher e apresentar ART OU RRT dos serviços à serem executados, no ato da assinatura do contrato.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAMBAI - MS
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Processo: 151737/2024

Fls: _____

Rubrica: _____

a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

d) Multa:

e) Moratória de 0,5 % (zero virgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

f) Moratória de 0,5% (zero virgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 20% (vinte por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

g) O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

h) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 5 % a 10 % do valor do Contrato.

i) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de 7 % a 12 % do valor do Contrato.

j) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de 15% a 20% do valor do Contrato.

l) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será de 5% a 8% do valor do Contrato.

m) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 11.1, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) A natureza e a gravidade da infração cometida;

b) As peculiaridades do caso concreto;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAMBAI - MS
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Processo: 151737/2024

Fls: _____

Rubrica: _____

- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.14. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

- a) Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- b) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- c) Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAMBAI - MS
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Processo: 151737/2024

Fls: _____

Rubrica: _____

12.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

12.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da Dotação Orçamentária vigente.

02.11.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

26.782.0002.2139.0000 – MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS E AÇÕES C/ FUNDERSUL LINEAR

3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

FUNDERSUL LINEAR – C/C 16.151-9

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n.º 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAMBAI - MS
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Processo: 151737/2024

Fls: _____

Rubrica: _____

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro de Amambai/MS para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Amambai - MS, _____ de _____ de 2024.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAMBAI - MS
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Processo: 151737/2024

Fls: _____

Rubrica: _____

ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 042/2024

A **NOME DA EMPRESA**, com sede no **ENDEREÇO COMPLETO DA EMPRESA**, inscrita no CNPJ ou CIC sob o nº _____, DECLARA, sob as penas da Lei que:

() Está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, em cumprimento ao disposto no art. 63, inciso I da Lei Federal nº 14.133/2021.

() Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII da Constituição Federal;

() Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto no art. 1º, III e IV e no art. 5º, III da Constituição Federal;

() Ausência de vínculo, em observância ao disposto no Artigo 14 da Lei Federal nº 14.133/2021, e com base na Súmula Vinculante 13 do STF e Prejulgado 09 do MPJTC, que não possui integrante do quadro funcional do Município de Amambai, mesmo que inativo, como sócio, cotista, dirigente ou empregado. No mais, dentre seus sócios, nenhum deles é cônjuge, companheiro, parente em linha reta ou colateral, consanguíneo ou afim de servidor público do Município de Amambai, que nele exerça cargo em comissão ou função de confiança, ou seja membro da comissão de licitação, agente da contratação ou autoridade ligada à contratação.

() Que até a presente data, inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo, não tendo sido declarado inidôneo para licitar ou contratar com o Poder Público, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores. No mais, declara também que seus sócios não se encontram, seja por força constitucional ou legal, impedidos de contratar com o Poder Público, não se enquadrando em nenhuma das vedações contidas no art. 14 da Lei Federal n.º 14.133/2021, em especial:

- Não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.
- Nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenado(a) judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

() Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas. Que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, se licitante organizado em cooperativa.

() Para fins de recebimento de tratamento favorecido e diferenciado no referido Processo Licitatório, que se enquadra como MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU MICROEMPEENDEDOR INDIVIDUAL, e que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em



**PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAMBAI - MS
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Processo: 151737/2024

Fls: _____

Rubrica: _____

seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021. Obs.
apresentação de CERTIDÃO SIMPLIFICADA expedida pela Junta Comercial

ASSINALAR COM X AS DECLARAÇÕES NAS QUAIS SE ENQUADRA A EMPRESA.

Município/UF, ____ de _____ de _____ .

Representante legal da empresa



**PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAMBAI - MS
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Processo: 151737/2024

Fls: _____

Rubrica: _____

ANEXO V - MODELO DE ATESTADO DE VISITA TÉCNICA

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 042/2024

Objeto: “Contratação de empresa especializada intentando a prestação de serviços de engenharia, compreendidos pela realização de 33 (trinta e três) pontos de sondagem no imóvel onde, posteriormente, será construída unidade sede do IFMS – Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, no perímetro urbano do município de Amambai – MS, em lote medindo 05 ha 8.920 m² (cinco hectares oito mil novecentos e vinte metros quadrados), inscrito sob a matrícula Nº. 27.383 do cartório de registro de imóveis da comarca local”, de acordo com as especificações, unidades e quantidades informadas no Termo de Referência.

Declaramos que o Engenheiro Civil/Arquiteto ou equivalente _____, inscrito no CREA/CAU n° _____/D/____, e RG. n° _____/SSP/____, e/ou o acionista/proprietário/titular da empresa Sr. _____ inscrito no CPF.MF. n° _____ e da cédula de identidade RG. n° _____ representante da proponente _____, localizada _____, número _____, Bairro – CEP: _____ – Município de _____, devidamente credenciado, visitou o local da execução da obra do objeto acima citado, da Tomada de Preços em epigrafe, bem como tomou conhecimento de todo o Edital, projetos, planilhas e memoriais descritivos.

_____, _____ de _____ de 2024.

Eng.º.
CREA/CAU _____ n.º _____/D/_____.

(carimbo, nome e assinatura do responsável legal) (carteira de identidade – número e órgão emissor e CPF – número)

Observação: A visita técnica é facultativa.



PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAMBAI - MS
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Processo: 151737/2024

Fis: _____

Rubrica: _____

ANEXO V – MODELO DE RENUNCIA DE VISITA TÉCNICA

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 042/2024

Objeto: “Contratação de empresa especializada intentando a prestação de serviços de engenharia, compreendidos pela realização de 33 (trinta e três) pontos de sondagem no imóvel onde, posteriormente, será construída unidade sede do IFMS – Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, no perímetro urbano do município de Amambai – MS, em lote medindo 05 ha 8.920 m² (cinco hectares oito mil novecentos e vinte metros quadrados), inscrito sob a matrícula Nº. 27.383 do cartório de registro de imóveis da comarca local”, de acordo com as especificações, unidades e quantidades informadas no Termo de Referência.

A **NOME DA EMPRESA**, com sede no **ENDEREÇO COMPLETO DA EMPRESA**, inscrita no CNPJ ou CIC sob o nº _____, Telefone _____ e e-mail: _____ **DECLARA** que renuncia à Visita Técnica aos locais e/ou instalações do objeto licitado, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas e/ou financeira para com a Contratante.

_____, de _____ de 2024.

(carimbo, nome e assinatura do responsável legal) (carteira de identidade – número e órgão emissor e CPF – número)